



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SEGUNDA CÂMARA DE 28/08/12

ITEM Nº 53

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

53 TC-002413/026/10

Prefeitura Municipal: Auriflama.

Exercício: 2010.

Prefeito(s): José Jacinto Alves Filho.

Período(s): (22-02-10 a 31-12-10).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeito - Fernando Nassar Ferreira.

Período(s): (01-01-10 a 21-02-10).

Acompanha(m): TC-002413/126/10 e Expediente(s): TC-003223/026/11.

Fiscalizada por: UR-15 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-15 - DSF-I.

RELATÓRIO

Em exame as contas do Prefeito Municipal de Auriflama, referentes ao exercício de 2010. À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de Andradina UR-15 (fls.16/98), apresentou o Responsável, Sr. José Jacinto Alves Filho, após notificação (fl.102), os seguintes esclarecimentos (expediente TC-001247/001/11 - fls.108/152):

A.1 - PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Atendimento parcial aos requisitos previstos na legislação que regulamenta as peças de planejamento.**

Defesa - Afirma que a implantação do sistema Audesp gerou dúvidas que serão solucionadas pelos técnicos da Administração Municipal.

A.1.2.3 - ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:

- **O Município perdeu 25 posições no quesito riqueza.**

Defesa - Notícia a implantação de programas visando à melhora do quesito impugnado.



A.2 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS:

- Utilização de custos estimados, de indicadores, de unidades de medidas e de metas físicas inadequadas, impossibilitando a avaliação dos resultados pré-estabelecidos para as ações governamentais.

Defesa - Reitera argumentos do item A.1.

B.1.6.1 - RESTOS A PAGAR:

- Crescimento do montante de Restos a Pagar em relação ao exercício anterior.

Defesa - Alega que os restos a pagar referem-se a obras em andamento com suficiência financeira para suportá-los.

B.1.9.3 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS CONTÁBEIS - BALANÇO PATRIMONIAL:

- Divergência entre o Balanço Patrimonial informado pela Origem e aquele apurado com base nos balancetes armazenados no Sistema AUDESP.

Defesa - Entende que a divergência decorreu da forma de apresentação do Anexo 14 - Balanço Patrimonial, noticiando a sua adequação aos padrões utilizados pelo sistema Audesp.

B.2.3 - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:

- Descumprimento.

Defesa - Argumenta que o empenho nº 653/06 refere-se à obra derivada de convênio com o Governo do Estado e aguarda a conclusão dos serviços para posterior liberação dos recursos. Apresenta documentos para demonstrar a liquidação dos valores oriundos das notas de empenho nºs 3257/08, 3258/08, 3498/08, 3499/08, 3500/08 e 3501/08. Informa que o empenho nº 67/09 depende de decisão judicial para pagamento e que os empenhos nºs 5375/09 e 5376/09 decorrem de obras financiadas com o Governo Federal e esperam a transferência das respectivas verbas para quitação.

B.3.1 - ENSINO:

- Aplicação de 99,58% dos recursos do FUNDEB no exercício em face de glosa das despesas não



amparadas pela Lei Federal nº 11.494/07.

Defesa - Entende devam regressar ao cálculo as importâncias despendidas com materiais destinados às ações pedagógicas (R\$ 7.837,00), com camisetas para a formatura de alunos do projeto Proerd (R\$ 2.230,00) e com a comemoração do dia das crianças (R\$ 1.860,00).

B.3.1.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO E RESPECTIVOS COMENTÁRIOS (ENSINO)

- Restos a pagar não liquidados até 31/01/2011 e despesas não amparadas pelo artigo 70 da LDB.

Defesa - Discorda das glosas efetuadas pela fiscalização e afirma que as correspondentes despesas voltaram-se ao desenvolvimento dos alunos matriculados no sistema de ensino do município.

B.3.2.1 - AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO E RESPECTIVOS COMENTÁRIOS (SAÚDE)

- Restos a pagar não quitados até 31/01/2011.

Defesa - Anuncia a liquidação dos restos a pagar da saúde no decorrer do exercício de 2011.

B.3.2.2 - OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

- Atendimento parcial às metas previstas no Plano Municipal de Saúde.

Defesa - Noticia ações da Prefeitura visando incrementar a oferta de exame de útero à população, melhorar o atendimento à mulher durante o pré-natal e fortalecer a capacidade de resposta a doenças emergentes e endemias. Informa que a totalidade dos estabelecimentos de saúde do município encontra-se consignada no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - CNES.

B.4.2 - MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA NO PASSIVO DE CURTO E DE LONGO PRAZO.

- O Balanço Patrimonial não evidencia as pendências relativas aos passivos judiciais.

Defesa - Segundo o interessado, o município não dispõe de saldo de precatórios a pagar.



B.5.2 - SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS:

- Revisão Geral dos Subsídios concedida por meio de Decreto.

Defesa - Consoante exposto na peça de defesa, a Lei Municipal nº 1.586/06, que disciplinou a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos, atribuiu ao Chefe do Executivo apenas a tarefa de informar, por meio de Decreto, o valor atualizado das remunerações segundo os critérios estabelecidos em lei.

B.5.3.1 - ADIANTAMENTO - VIAGENS DO PREFEITO:

- Despesas com viagens do Prefeito Municipal em desacordo com os artigos 63 e 68 da Lei Federal 4.320/64.

Defesa - Comunica a adoção de providências com vistas ao cumprimento do Comunicado SDG nº 19/2010.

B.5.3.2 - DESPESAS COM SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS:

- Contratação de serviços de empresa especializada em licenciamento e recolhimento de seguro obrigatório para os veículos oficiais.

Defesa - Afirma nunca ter o município recebido reprimenda em decorrência da mencionada conduta, além de comunicar que o apontamento ensejou a adoção de medidas visando ao treinamento de servidor para a realização dos respectivos serviços.

C.1 - FORMALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO E CONTRATOS:

C.1.1 - FALHAS DE INSTRUÇÃO:

- Ausência de publicação de resumo de edital de licitação, sob a modalidade tomada de preços, em jornal de grande circulação.

Defesa - Entende suficiente a divulgação dos seus editais no Diário Oficial do Estado e em jornais com circulação regional à vista do grande número de interessados nos certames.

- Exigência de os licitantes possuírem capital social ou patrimônio líquido mínimo igual ou



superior a 10% do valor global estimado do objeto da licitação.

Defesa - Comunica a exclusão de cláusulas restritivas dos editais de licitação lançados à praça pela municipalidade.

- Ausência de identificação das fontes onde foram realizadas as pesquisas de preços que serviram de base para elaboração das planilhas orçamentárias.

Defesa - Notícia a correção do defeito.

- Pesquisas de preços efetuadas com as próprias empresas convidadas, apresentando propostas com valores idênticos aos consignados nos orçamentos da Prefeitura.

Defesa - Não houve.

C.1.1.2 - AUSÊNCIA DE PROCESSAMENTO LICITATÓRIO:

- Falta de realização de procedimentos licitatórios.

Defesa - Argumenta que as aquisições de medicamentos oriundas de determinação judicial são realizadas conforme encerrados os respectivos processos não sendo possível efetuar qualquer previsão que pudesse justificar a realização do correspondente certame licitatório.

C.5 - CONTRATOS DE PROGRAMA:

- Inexistência de parecer anual atestando o cumprimento das cláusulas pactuadas e obtenção dos resultados previstos e de nomeação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

Defesa - Sustenta competir à ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo a fiscalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, prestados pela SABESP.

D.1.1.1.1 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE CONTRATADOS PELA ENTIDADE PARCEIRA (TERCEIRO SETOR):

- Os agentes comunitários de saúde são funcionários da entidade parceira (Terceiro Setor).

Defesa - Após dissertar sobre a aplicabilidade e a



abrangência da Emenda Constitucional nº 51/06, e defender a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 11.350/06, considera regular a contratação de agentes comunitários de saúde por meio de OSCIPs ou outras entidades parceiras.

E.3.2 - REGIME PREVIDENCIÁRIO:

- Pagamento de aposentadorias e pensões sem a correspondente fonte de custeio.

Defesa - Sustenta que o servidor aposentado anteriormente à vigência da Emenda Constitucional 20/98 e da Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser preterido de seus direitos, sob pena de se infringir as disposições do artigo 6º da Lei Federal nº 4.657/42. Informa, por fim, sobre a inexistência de qualquer aposentadoria no município após a edição das mencionadas normas constitucional e legal.

E.3.3 - CARGOS DE NATUREZA TÉCNICA PREENCHIDOS EM REGIME DE COMISSÃO:

- Cargos em comissão desprovidos das atribuições de chefia, de direção e de assessoramento.

Defesa - Ao discordar do apontamento da fiscalização, enfatiza que a estrutura administrativa da Prefeitura comporta contratações de servidores para ocupar cargos de provimento em comissão.

E.3.4 - CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE GABINETE PARA OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

- Pagamento de gratificação de gabinete a servidores comissionados.

Defesa - Argumenta que a concessão da gratificação de gabinete encontra-se disciplinada pela Lei Municipal nº 1.061/91, com as alterações previstas pela Lei Municipal nº 1.469/03.

E.3.5 - CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR REGIME ESPECIAL DE TRABALHO:

- Pagamento de gratificações sem comprovar a sua economicidade.

Defesa - Reitera argumentos do item anterior.



E.3.6 - FÉRIAS VENCIDAS E ACUMULADAS:

- Servidores com duas ou mais férias vencidas.

Defesa - Noticia a adoção de medidas para regularizar o desacerto.

E.3.8 - PROFISSIONAL DA SAÚDE COM MAIS DE DOIS CARGOS PÚBLICOS:

- Profissional da saúde (médico) com mais de dois vínculos públicos.

Defesa - Informa que o servidor solicitou afastamento, sem remuneração, da Prefeitura de Tanabi, com vistas a regularizar a situação.

E.5 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

- Encaminhamento intempestivo das informações ao Sistema AUDESP, falta de remessa das planilhas do cadastro eletrônico das Obras Públicas em Execução e atendimento parcial às recomendações deste Tribunal.

Defesa - Anuncia a adoção de providências para sanar as falhas.

E.5.1 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

- Ausência de elaboração dos relatórios e pareceres de controle interno.

Defesa - Informa que o município não possui sistema de controle interno, mas, somente, funcionário nomeado para cumprir a Instrução nº 01/90 deste Tribunal.

Assessoria Técnica e Chefia de ATJ manifestaram-se pela emissão de parecer favorável às contas em apreço.

Índices apurados pela fiscalização:

APLICAÇÃO NO ENSINO	25,28%
DESPESAS COM FUNDEB	99,58%
MAGISTÉRIO - FUNDEB	60,61%
DESPESAS COM PESSOAL	46,90%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	27,13%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	4,89%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pareceres anteriores:

Exercício de 2007: **favorável** (TC-002021/026/07)

Exercício de 2008: **desfavorável** (TC-001550/026/08)

Exercício de 2009: **favorável** (TC-000015/026/09)

É o relatório.

GCECR
JMCF



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC-002413-026-10

VOTO

APLICAÇÃO NO ENSINO	25,28%
DESPESAS COM FUNDEB	99,58%
MAGISTÉRIO – FUNDEB	60,61%
DESPESAS COM PESSOAL	46,90%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	27,13%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	4,89%

Revela a instrução processual o pagamento dos subsídios dos Agentes Políticos nos termos da Lei Municipal nº 1.760/08, devendo, contudo, a origem lastrear futuras revisões gerais anuais em lei, consoante previsto pelo inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Além do regular recolhimento dos encargos sociais, houve repasses à Câmara em valor correspondente a **5,01%** da receita tributária ampliada do exercício anterior, aquém, portanto, do limite imposto pelo § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal.

Valor utilizado pela Câmara (repassa menos devolução)		734.943,69
Despesas com inativos		-
Subtotal		734.943,69
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2009	14.676.142,03
Percentual resultante		5,01%

O Executivo aplicou os recursos oriundos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE de acordo com os artigos 1º-A e 1º-B da Lei Federal nº 10.336/01 e dos Royalties nos moldes dos artigos 8º da Lei Federal nº 7.990/89 e 24 do Decreto Federal nº 1/91. Registre-se que o município não obteve receitas advindas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

arrecadação de multas de trânsito no período em apreço.

Efetuada a opção pelo regime ordinário de pagamento de precatórios, verificou-se que a Administração Municipal liquidou quantia equivalente ao somatório das quantias relativas ao mapa orçamentário apresentado no exercício anterior e aos requisitórios de baixa monta incidentes no período. Contudo, deverá a Prefeitura evidenciar adequadamente as respectivas pendências no Balanço Patrimonial.

Regime Ordinário

Saldo Anterior de Precatórios:	-	
Precatórios Parcelados com vencimento no exercício:	-	
Mapas/Ofícios apresentados no exercício anterior:	45.012,22	
Requisitórios de baixa monta incidentes no exercício:	10.966,38	
Total de débitos para o exercício:	55.978,60	
Valor depositado em conta vinculada (ou pago diretamente no processo):		55.978,60
Saldo a Pagar:		
Montante previsto em Lei Orçamentária:	57.725,29	103%
Saldo de Precatórios para o exercício seguinte:	-	

Demais, o déficit da execução orçamentária de **4,89%** das receitas arrecadadas (R\$ 1.017.595,75) mostrou-se integralmente amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.372.464,16).

Cabe, também, destacar os resultados financeiro (R\$ 382.089,29) e econômico (R\$ 1.286.569,59) positivos, a existência de disponibilidade financeira para a cobertura da dívida de curto prazo e a pequena retração da dívida consolidada líquida em relação ao período anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A arrecadação de valor correspondente a apenas 18,24% do estoque da dívida ativa e o crescimento de 11,19% do respectivo saldo em relação ao período pretérito impõem expressa recomendação à Administração para incrementar a sistemática de cobrança de seus créditos da espécie.

A despeito das adequadas glosas efetuadas pela fiscalização, observou-se que o ensino municipal mereceu aplicação do equivalente a **25,28%** da receita resultante de impostos (art.212 da CF) e **60,61%** dos recursos do FUNDEB constituíram a quantia destinada aos profissionais do Magistério, de acordo, portanto, com o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT.

A equipe de fiscalização apontou a utilização de **99,58%** (R\$ 2.800.701,78) dos recursos oriundos do fundo (R\$ 2.812.628,78), deixando a Prefeitura de aplicar a parcela de R\$ 11.927,00 no período apreciado.

Contudo, tendo em conta que o montante excedente (**R\$ 47.263,76**) à aplicação mínima no ensino, exigida pelo artigo 212 da Constituição Federal, mostrou-se suficiente a suportar a deficiência de investimentos das receitas do FUNDEB no setor (**R\$ 11.927,00**), é possível considerar atendido o artigo 21, § 2º da Lei Federal nº 11.494/07¹, diante da operação **(compensação)** autorizada pela Deliberação TC-A nº 24.468/026/11².

¹ **Art. 21.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito **Federal** e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

À saúde municipal direcionaram-se **27,13%** da receita de impostos, patamar superior ao mínimo exigido pelo artigo 77 do ADCT e as despesas com pessoal atingiram **46,90%** da Receita Corrente Líquida, aquém, portanto, do máximo previsto pelo artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta **Lei**, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

² **DELIBERAÇÃO (TC-A-024468/026/11)**

"O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e na conformidade do artigo 114, inciso II, letra "c", do Regimento Interno desta Corte;

Considerando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação, pelos Municípios, de no mínimo 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

Considerando o disposto no artigo 21 na Lei Federal nº 11.494/07, que determina a aplicação dos recursos do FUNDEB no exercício financeiro em que lhes forem creditados, ressalvada a permissão para aplicação de até 5% no 1º trimestre do exercício seguinte;

Considerando tratar-se de recursos oriundos de fontes distintas, cujas despesas devam ser contabilizadas em dotações orçamentárias específicas em atendimento ao artigo 72 da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando que o posterior remanejamento de despesas efetivamente empenhadas em determinada dotação fere o princípio contábil da oportunidade, bem como o necessário planejamento orçamentário;

Considerando que o não atendimento aos limites legais importa em falha grave que repercute no exame das contas anuais;

Considerando, finalmente, recentes decisões deste Tribunal relativas a contas municipais do exercício 2009 e pedidos de reexame do exercício 2008, que excepcionalmente admitiram o remanejamento do valor excedente aplicado no ensino global para cômputo na insuficiente aplicação dos recursos do FUNDEB, e com vistas a preservar a segurança jurídica,

Faz saber que, a partir das contas anuais de 2011, não mais será admitida qualquer forma de integralizar as aplicações do FUNDEB que não tenham guardado rigorosa observância às disposições do artigo 21, § 2º, da Lei Federal n. 11.494/07, ainda que excedido o piso do artigo 212 da Constituição Federal."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Convencem as justificativas da origem em relação às falhas apontadas nos itens publicação dos editais de licitação e contratos de programa.

Nestas circunstâncias, Voto pela emissão de **parecer favorável às contas do Prefeito de Auriflama, relativas ao exercício de 2010.**

Proponho, ainda, recomendações que serão transmitidas pela Unidade Regional de Andradina - UR-15 para que a Administração Municipal cumpra a ordem cronológica de pagamentos, incremente as ações visando atender as metas previstas no Plano Municipal de saúde, obedeça aos regramentos previstos pelos artigos 63 e 68 da Lei Federal nº 4.320/64 e 37, inciso V, da Constituição Federal, passe a identificar a fonte relativa às pesquisas de preços que servem de base para a elaboração das planilhas orçamentárias das licitações, deixe de efetuar pesquisas de preços junto às empresas convidadas para os seus certames licitatórios, observe a regra estabelecida pelo artigo 2º da Emenda Constitucional 51/06, regulamentada pela Lei Federal nº 11.350/06, bem como o previsto pela Emenda Constitucional nº 20/98, cesse o pagamento de gratificação de gabinete aos servidores que ocupam cargos em comissão e atente para as Instruções e as recomendações deste Tribunal.

Deverá a fiscalização, na próxima inspeção, verificar se as providências noticiadas pela origem corrigiram os defeitos apontados nos itens planejamento das políticas públicas, índice paulista de responsabilidade social, avaliação dos programas governamentais, fidedignidade dos dados contábeis, contratação de despachante para efetuar o licenciamento de veículos, exigência restritivas em procedimentos licitatórios, férias vencidas (matéria tratada no expediente TC-003223/026/11) e acúmulo remunerado de cargos por profissional de saúde.

É O MEU VOTO.